

POLÍTICA CULTURAL
PESQUISA DO IBGE REVELA QUE O
DISTRITO FEDERAL POSSUI O
MAIOR NÚMERO DE
EQUIPAMENTOS EM TODO O
BRASIL, MAS ELES AINDA ESTÃO
CONCENTRADOS NO PLANO PILOTO

FALTA DESCENTRALIZAR

CAROLINE LASNEAUX
 DA EQUIPE DO CORREIO

José Varella/CB - 11/12/06



CONJUNTO CULTURAL DA REPÚBLICA: ESPAÇOS PÚBLICOS EM QUANTIDADE, MAS DE POUCO ACESSO PARA A POPULAÇÃO FORA DO EIXO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou ontem os resultados do suplemento cultural da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2006. Em parceria com o Ministério da Cultura, o estudo investigou como a cultura é tratada em 5.564 municípios do país.

O destaque foi para o Distrito Federal, que ficou com o maior índice de existência de equipamentos culturais, o que inclui a presença de bibliotecas públicas, museus, teatros ou salas de espetáculos, centros culturais, estádios ou ginásios poliesportivos, cinemas, videolocadoras, shoppings, livrarias e geradoras de tevê. Consideram-se, apenas, os locais abertos ao público, podendo ou não ser mantidos pelo poder público.

Em relação aos resultados alcançados em 1999, o DF ficou sem possibilidade de crescimento, uma vez que desde aquela época já possuía todos os equipamentos avaliados. "Na verdade, não era nem para o DF estar na pesquisa, por não ser município. Mas, por possuir essa característica peculiar, decidimos incluí-lo", avisa a gerente da pesquisa, Vânia Pacheco.

"Estamos bem nas estatísticas, mas poderíamos estar melhor", afirma o secretário de Cultura do DF, José Silvestre Gorgulho. Segundo ele, o DF conseguiu o bom resultado graças ao Plano Piloto. "Para Brasília está bom, mas precisamos descentralizar a cultura", avisa, citando a disparidade entre a quantidade de cinemas no Plano e nas demais cidades do DF. "Enquanto no Plano temos 400 mil habitantes e inúmeras salas

de cinema, em Ceilândia, por exemplo, onde moram quase 500 mil pessoas, não existe nenhum."

Como solução, Gorgulho afirma que está sendo estudada a construção de casas de cultura e unidades da Escola de Música nas cidades do DF. "Já até apresentamos a proposta a Niemeyer, mas ainda não tivemos resposta", conta. A idéia é que todas tenham o mesmo modelo e funcionem em 14 cidades do DF. "O governador Arruda se comprometeu conosco a dar prioridade à cultura", completa.

A pesquisa também apontou que em 42% dos municípios a cultura ainda não está incluída na agenda de políticas públicas. "O Brasil está engatinhando nisso. É preciso investir muito para que a cultura possa ser encarada

realmente como política pública", avalia Vânia.

A presença de órgãos exclusivos para gerir a cultura também foi pesquisada. O número chega a ser assustador: em 72% dos municípios brasileiros a área ainda está acoplada a outros temas. Em 12,6% dos lugares, é subordinada a outra secretaria. "Geralmente a cultura se vincula à educação. Quando isso acontece, ela ganha outro status, uma vez que a educação recebe peso maior. O ideal seria que em cada lugar existisse uma secretaria municipal exclusiva ou uma fundação pública", opina a gerente.

Leis de incentivo

Assim como o Distrito Federal, grande parte dos municípios (94,4%) do país não possui legis-

lação de incentivo à cultura. As leis começaram a surgir em 1975, mas a década de 1990 contribuiu de forma intensa para o aumento na criação dos incentivos. Segundo a pesquisa, a Lei Mendonça, do município de São Paulo, regulamentada em 1991, serviu como modelo para as demais. "Como o DF não é nem município nem estado, não podemos nos basear por nenhuma outra", observa Gorgulho. "Estamos em fase de formatação da lei, mas já pensamos em fazer com que os impostos vindos do incentivo municipal sejam investidos no Plano Piloto. Os impostos estaduais deverão ser usados nas demais cidades do DF", adianta o secretário, que deve assinar ainda nesta semana o Fundo da Arte e da Cultura (FAC) deste ano.

Entre as atividades culturais, o destaque foi para as exposições de artesanato, presentes em 57,7% dos lugares pesquisados. Os festivais de artes e artesanato ficaram em segundo lugar (55,6%), seguidos dos eventos de manifestação tradicional popular (49,2%) e de festivais de música (38,7%). Concursos de dança acontecem em 34,8% dos locais pesquisados. Os festivais de cinema atingem apenas 10% dos municípios. Desses, 61,1% são promovidos em cidades com mais de 500 mil habitantes. "O Festival de Cinema de Brasília existe há 40 anos e é o maior da América Latina. Precisamos colocar isso para o mundo. E não temos só filmes, a programação é cheia de discussões e debates, o que mostra a força da cultura aqui", destaca Gorgulho.

CULTURA EM NÚMEROS

- Mais de um quarto das cidades têm projeto para implementar o turismo cultural

- A cultura emprega 58 mil pessoas nas prefeituras brasileiras (média de 10,4 funcionários por município)

- Municípios gastam, em média, R\$ 273 mil com cultura (0,9% do total da receita arrecadada)

- Há grupos de capoeira em 48,8% das cidades brasileiras

- Os grupos artísticos de teatro são os que mais recebem incentivos das prefeituras

- Bordado é a atividade artesanal mais presente no Brasil

- Entre 1999 e 2006, cresceu em 178% o número de cidades com provedor local de internet

- públicas são o equipamento cultural que mais recebe apoio das prefeituras

ENSINO

Escola de Música vai virar fundação

NAHIMA MACIEL
 DA EQUIPE DO CORREIO

Lana tem 13 anos e não tem a menor idéia do que significa a palavra "fundação". Foi da boca da zeladora da Escola de Música de Brasília (EMB) que ela ouviu: "A escola vai se transformar em fundação". Lana estuda contrabaixo acústico na instituição e falou sobre o comentário com a amiga Bia e a mãe. Bia tem 11 anos e aprende violino na EMB. Ficou com medo de perder a vaga conseguida com muito custo, por exame — há também os alunos que entram pelos sorteios da escola, que contabilizam 10 mil candidatos para cada vaga. Bia foi falar com a professora. Achava que a instituição viraria uma "escola parque". O que Bia e Lana ouviram são boatos propagados pelos corredores da EMB desde maio, quando o diretor, Carlos Galvão, começou a conversar

com professores e funcionários sobre futuras mudanças no estatuto da instituição. A idéia nasceu da vontade de flexibilizar e ampliar o alcance e o acesso à escola.

Toda vez que Carlos Galvão comparecia a uma reunião dos Centros de Ensino Profissionalizantes (CEPs) se sentia em desvantagem em relação às necessidades da escola que dirige. Enquanto a maioria dos professores precisava de quadros-negros e giz, coisa que uma quantia de R\$ 2 mil resolveria, Galvão precisava de pianos, violinos e partituras. Um piano pode custar R\$ 10 mil. Um quadro-negro pode atender 30 crianças a cada hora. Um piano serve apenas a um aluno a cada hora. Galvão apelou então para estratégia que costuma chamar de escambo. Era uma maneira rápida, mas precária, de suprir a necessidade da Escola de Música de Brasília (EMB), um CEP da rede pública de ensino do Distrito Fe-

deral que atende a 2.282 alunos em 36 cursos técnicos de música.

A dificuldade maior de Galvão é o fato de a demanda da EMB ser completamente diferente daquela existente em outras escolas técnicas. Muitas vezes, o diretor troca instrumentos, mobiliário e computadores por concertos e apresentações feitas por alunos e professores. Mas o que ele quer para o futuro é o fim do escambo, uma prática excessivamente medieval para uma escola do século 21. Junto com a Secretaria de Planejamento e Inspeção de Ensino da Secretaria de Educação, o dire-

tor da escola vislumbra algumas mudanças no modelo de gestão atual da EMB. O projeto ainda não tem forma definitiva, está em discussão com o corpo docente da EMB e é foco de resistência. Alguns professores olham com desconfiança para as intenções da Secretaria de Educação — que promete não mexer no estatuto dos docentes, mas assegura que as mudanças serão responsáveis por uma maior flexibilidade na administração da escola.

A intenção é criar uma entidade paralela à EMB, capaz de articular o fornecimento de serviços e agilizar a

contratação de prestadores não previstos no quadro da escola, mas necessários à sua manutenção diária. A secretaria ainda não tem um modelo para tal entidade — o formato mais provável é o de um Serviço Social Autônomo, o mesmo que rege o estatuto do Hospital Sarah Kubitschek. A idéia é que a entidade atue em paralelo à EMB sem se sobrepor ao estatuto da escola, o mesmo que rege a rede de ensino público do DF. "Não vamos transformar a EMB em nada. Não há entrelaçamento de destinos da escola com essa entidade", avisa Galvão.

Expansão

"Ninguém vai mexer na escola, ela vai continuar como é. E as outras 13 vão funcionar do mesmo jeito", avisa Solange. O desconhecimento do projeto e a decisão de implantá-lo sem consultar o corpo docente causaram insegurança entre os professores. "A gente começou a ouvir em maio. Havia rumores, mas ninguém foi consultado e isso é o que me perturba. Nenhum projeto foi apresentado e a gente não tem como ava-

liar", explica Ariadne Paixão, professora de flauta na EMB.

Para acalmar os ânimos, Galvão garante que o modelo está sendo discutido em reuniões para chegar a um projeto formulado em parceria com o corpo docente da escola. "Não é um pacote imposto, de cima para baixo", diz. Para o violoncelista Ataíde Mattos, a discussão sobre o formato do projeto não muda o fato de que os professores nunca foram consultados sobre as futuras alterações. "Foi tudo imposto e nós fomos os últimos a saber", afirma.

Para o maestro Joaquim França, regente da Orquestra Juvenil da EMB, a insegurança está na escassez de informações. "No início do ano, o diretor veio com esse assunto de transformar a EMB em fundação. Diziam maravilhas, que ia aumentar salário do professor. Você ouvir isso num país onde arte, cultura e educação nunca foram tratados com seriedade é estranho. Não sou contra essa mudança, mas acho que ela tem que ser debatida com a comunidade escolar e isso não está sendo feito."

“ ENQUANTO A MAIORIA DOS PROFESSORES PRECISAVA DE QUADROS-NEGROS E GIZ, GALVÃO PRECISAVA DE PIANOS, VIOLINOS E PARTITURAS ”